



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 4/2020

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04/2020/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 0001487-45.2020.6.22.8000 (SEI/TRE-RO)

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, e o Banco do Brasil S.A., objetivando a comunhão de esforços para repasse do Auxílio-Alimentação aos Mesários e Colaboradores, mediante uso do aplicativo "Carteira Digital", durante as Eleições Municipais de 2020.

A União, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ n. 04.565.735/0001-13, situado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominado **TRE-RO**, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF/MF 475.106.849-00, e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, com domicílio e sede em Brasília (DF), no Setor de Autarquias Norte (SAUN) Quadra 5 Bloco B - Ed. Banco do Brasil - Asa Norte, CEP: 70040-912, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, doravante denominado **BANCO**, neste ato representado por seu Gerente Geral, senhor **WALTER DE ALMEIDA**, brasileiro, Casado, Bancário, portador da Carteira de Identidade RG 344344 SESDCRO e do CPF/MF 325491722-72, com fundamento na Resolução CNJ n. 233 de 17/07/2016 e no art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil, RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que se regerá pelas normas da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, regendo-se de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO DO ACORDO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA –O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o repasse, via aplicativo denominado "Carteira Digital BB", dos recursos referentes à ajuda de custo de Auxílio-Alimentação aos MESÁRIOS e COLABORADORES que trabalharão nas atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2020, no âmbito do TRE-RO, observando-se o Plano de Trabalho, em anexo.

Subcláusula primeira - A Carteira Digital BB poderá ser utilizada pelos Responsáveis Financeiros - Chefes de Cartórios e Presidentes/Coordenadores das Comissões - , no 1º turno das Eleições, e 2º turno, se houver.

Subcláusula segunda - A operacionalização e garantia do bom funcionamento do aplicativo é de responsabilidade do Banco do Brasil, desenvolvedor do aplicativo;

Subcláusula terceira - As instruções de uso e esclarecimentos de eventuais dúvidas dos usuários do aplicativo digital serão prestadas pelo Banco do Brasil, com apoio, no que couber, da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC e Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, unidades do TRE-RO.

Subcláusula quarta - O pagamento a que se refere o *caput* desta Cláusula será feito mediante o crédito do valor enviado pelo TRE-RO ao Banco do Brasil, que o repassará para cada MESÁRIO, diretamente no aplicativo denominado Carteira Digital BB.

DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

CLÁUSULA SEGUNDA – São obrigações do **TRE-RO**:

I. Enviar ao **BANCO**, Ordem Bancária, tipo 12, sem lista, do valor total a ser pago de custo de alimentação para cada data de pagamento, conforme plano de trabalho em anexo.

II. Enviar ao **BANCO**, em arquivo Excel, na plataforma BB Sia Web, no prazo de até 7 dias corridos antes das datas indicadas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, item I, relatório dos MESÁRIOS, contendo os dados do mesário:

1. nome completo,
2. número do CPF,
3. valor a ser pago; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. contrassenha;

III. instruir todos os **MESÁRIOS** a baixar, em *smartphone*, o aplicativo denominado Carteira Digital BB, para o recebimento do valor que será pago a ele;

IV. distribuir as contrassenhas para os **MESÁRIOS**;

V. se responsabilizar pelo uso sigiloso e correto da contrassenha de cada **MESÁRIO**, não cabendo ao **BANCO** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, inclusive por terceiros;

VI. esclarecer aos **MESÁRIOS** que eles são os únicos responsáveis pela utilização da Carteira Digital BB a eles vinculados, inclusive quanto à utilização por terceiros até a data e hora da recepção da solicitação de bloqueio de senha pelo **BANCO**;

VII. Tratar em conjunto com o **BANCO** a solução de eventuais problemas relacionados à execução do presente **ACORDO**.

DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO

CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações do **BANCO**:

I. manter sigilo sobre as transações bancárias e/ou financeiras, na forma da Lei Complementar n.º 105, de 10.01.2001;

II. creditar a Carteira Digital BB de cada um dos **MESÁRIOS** mediante a aposição da contrassenha na Carteira Digital BB;

III. disponibilizar opções de utilização do valor creditado na Carteira Digital BB em estabelecimentos credenciados, saques em TAA do Banco do Brasil, transferência para Carteira Digital BB, Conta Corrente BB e para outros bancos;

DO CRÉDITO E DA UTILIZAÇÃO DA CARTEIRA DIGITAL BB

CLÁUSULA QUARTA – O TRE-RO deverá, antes da data do pleito, instruir todos os **MESÁRIOS** quanto à instalação da Carteira Digital BB em seu *smartphone*;

Subcláusula primeira - O TRE-RO deverá fornecer ao **MESÁRIO** a contrassenha para a efetivação do crédito;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula segunda - Poderão ser realizados novos créditos na Carteira Digital BB, tanto por parte do TRE- RO quanto por parte do MESÁRIO;

Subcláusula terceira - Cabe ao MESÁRIO conferir previamente os dados relativos à operação, sendo certo que a aposição de sua senha pessoal implicará integral responsabilidade pela operação;

Subcláusula quarta - Não serão autorizadas as aquisições de bens e serviços em valores superiores ao saldo disponível na Carteira Digital BB;

Subcláusula quinta - O BANCO não se responsabilizará por eventual restrição imposta pelo credenciados ao uso da Carteira Digital BB, nem pelo preço, qualidade ou quantidade declarados dos bens adquiridos ou serviços prestados;

Subcláusula sexta - O MESÁRIO ficará como único e exclusivo responsável pela utilização devida da Carteira Digital BB a ele vinculado, inclusive que terceiros hajam feito ou venham a fazer até a data e hora da recepção da solicitação de bloqueio de senha pelo BANCO;

Subcláusula sétima - O BANCO não se responsabilizará em caso de compartilhamento de senhas pelo MESÁRIO a terceiros;

Subcláusula oitava - O BANCO não poderá interferir na forma de uso do crédito pelo MESÁRIO na Carteira Digital BB.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA – Este **ACORDO** não envolve transferência de recursos financeiros entre os Partícipes, devendo as despesas inerentes às obrigações ora estabelecidas ser custeadas pelas respectivas partes, por conta das dotações orçamentárias próprias.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO ACORDO

CLÁUSULA SEXTA – O presente **ACORDO** terá vigência a contar de sua assinatura até o dia 31/12/2020.

DAS ALTERAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA – Este Acordo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro em termo aditivo, desde que de comum acordo entre os partícipes.

DA DENÚNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA – Este ACORDO poderá ser denunciado pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas ou pela superveniência e norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitando-se, em quaisquer casos, o prazo necessário para o cumprimento de atividades inadiáveis.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA NONA – Para articulação das medidas necessárias e controle do cumprimento deste Acordo de Cooperação Técnica, cada participante deverá indicar (01) um representante que será encarregado de realizar o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas no seu âmbito, conforme segue:

Subcláusula primeira - No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo(a) titular da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC), ou pelo substituto respectivo, em caso de ausência do titular, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3211-2146 e e-mail institucional cofc@tre-ro.jus.br ;

Subcláusula segunda - No BANCO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo senhor MARCIO JOSE DE AZEVEDO CAIMI, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3218-6243 e (69) 99205-4700 e no e-mail institucional age2757@bb.com.br.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA DEZ – O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA ONZE - Os casos omissos relativos ao desenvolvimento deste Acordo de Cooperação serão submetidos à apreciação dos partícipes para tentativa de solução em comum.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DOZE - O presente convênio será publicado pelo **TRE-RO** no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, na forma do Parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA TREZE – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar as questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Acordo, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações do TRE-RO, assim como as testemunhas, para que produza os devidos efeitos legais.

Porto Velho, 05/10/ 2020.

PLANO DE TRABALHO

Anexo I do Acordo de Cooperação Técnica

Plano de Trabalho – 1º e 2º Turnos Eleição Municipal 2020

Objeto: O presente plano tem por objeto a descrição dos procedimentos operacionais a serem adotados para o pagamento do auxílio-alimentação aos COLABORADORES, convocados pelo TRE-RO para a realização das Eleições Municipais de 2020, por meio de aplicativo desenvolvido pelo BANCO denominado Carteira Digital BB.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Justificativa: modernizar a gestão administrativa do repasse do benefício referente à alimentação dos mesários e colaboradores convocados para auxiliar nos trabalhos relativos às Eleições Municipais de 2020, por meio da adoção do aplicativo denominado Carteira Digital BB, que proporcionará maior agilidade, segurança e eficiência na sistemática de pagamento dos recursos financeiros.

Condições e prazos:

1. O presente Plano de Trabalho poderá sofrer alterações, com tempo hábil para adequação, visando garantir maior agilidade, segurança e otimização do processo de pagamento dos auxílios alimentação vinculados a Carteira Digital BB.
2. A estimativa do número de COLABORADORES a serem convocados pelo TRE-RO para as Eleições Municipais de 2020 será de aproximadamente 30.000 (trinta mil) pessoas, sendo o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), por benefício.
3. O BANCO enviará até o dia 04 de setembro de 2020 ao TRE-RO:
 1. o login e a senha do BB Sia Web, plataforma na qual o TRE-RO enviará os arquivos ao BANCO.
 2. Leiaute para o envio da verificação Prévia dos CPFs, do arquivo de pagamento e de pedido de cancelamento.
4. O TRE-RO disponibiliza o e-mail alimentacao@tre-ro.jus.br ao BANCO, no qual o BANCO deverá enviar os arquivos[GB1] mencionados no decorrer deste Plano de Trabalho.
5. O TRE-RO enviará, até o dia 26 de outubro de 2020, ao BANCO, por meio da Plataforma BB Sia Web, link <https://gmtedi.bb.com.br>, arquivo formato CSV ou Excel, contendo Nome e CPF dos COLABORADORES que irão receber o auxílio pela Carteira Digital BB, para análise prévia dos CPFs.
6. O BANCO, até o dia 30 de outubro de 2020, devolverá ao TRE-RO arquivo, no mesmo formato recebido do item anterior, via e-mail mencionado no item 3, arquivo Prévia dos CPFs com a informação dos CPFs que poderão receber pela Carteira e os CPFs que não poderão.
7. O TRE-RO informará aos COLABORADORES cujos CPFs estão aptos a receber o auxílio pela Carteira Digital BB, que estes deverão instalar o aplicativo, a partir de 30 de outubro de 2020, para o recebimento do auxílio. Os COLABORADORES deverão ser instruídos a acessar o site <https://bb.com.br/carteirabb> e assistir os vídeos tutoriais de instalação da Carteira, de resgate do benefício e em como utilizar o recurso.
 1. Limite de saldo na Carteira Digital BB: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Limite de transação diária: R\$ 1.000,00 (Mil reais).
8. A partir da data do item anterior, o TRE-RO disponibilizará em seu site oficial informações aos COLABORADORES para instalação da Carteira Digital BB e em como resolver eventuais problemas na instalação.
9. O BANCO enviará ao TRE-RO, com a periodicidade diária [\[GB2\]](#), no e-mail alimentacao@tre-ro.jus.br, arquivo de acompanhamento da instalação da Carteira Digital BB pelos COLABORADORES, contendo CPF, Nome e Situação da Carteira.
10. O TRE-RO enviará ao BANCO, por meio da Plataforma BB Sia Web, arquivo de pagamento, formato CSV ou Excel, contendo Nome, CPF, Valor e Contrassenha dos COLABORADORES aptos a receber o auxílio pela Carteira Digital BB, conforme leiaute mencionado no item 3.b deste Plano de Trabalho, com possibilidade de envio de arquivos referentes a até 5 (cinco) datas de pagamento relativas a cada turno.
 1. 1º Turno: até 09 de novembro de 2020.
 2. 2º Turno: até 23 de novembro de 2020, caso houver. [\[GB3\]](#)
11. O BANCO enviará até o dia 26 de outubro de 2020, número da Conta Impessoal para emissão da Ordem Bancária.
12. O TRE-RO emitirá Ordem Bancária tipo 12, sem lista, a crédito da Conta Impessoal do item 10, com o valor total a ser pago aos COLABORADORES aptos a receber o auxílio pela Carteira Digital BB. O recurso estará disponível para o BANCO no mesmo dia da Ordem Bancária.
 1. 1º Turno: até 09 de novembro de 2020.
 2. 2º Turno: até 23 de novembro de 2020, caso houver. [\[GB4\]](#)
13. O BANCO disponibilizará no dia da Eleição Municipal 2020, 1º e 2º turno, caso ocorra, nas datas de 11 de novembro de 2020, 12 de novembro de 2020, 13 de novembro de 2020, 14 de novembro de 2020, 15 de novembro de 2020 [\[GB5\]](#) [\[GB6\]](#), 25 de novembro de 2020, 26 de novembro de 2020, 27 de novembro de 2020, 28 de novembro de 2020 e 29 de novembro de 2020, campo específico para que o COLABORADOR imposte a contrassenha na sua Carteira Digital BB. O campo ficará disponível até o dia 20 de novembro de 2020 para os valores alusivos ao 1º turno da Eleições 2020 e até o dia 04 de dezembro de 2020 para os valores alusivos ao 2º turno das Eleições 2020. [\[GB7\]](#)
14. Após a impostação da contrassenha pelo COLABORADOR, o valor referente ao auxílio será disponibilizado na sua Carteira Digital BB. O COLABORADOR poderá utilizar o recurso em pagamentos com código de barras, transferências bancárias, recarga de celular e saques nos TAAs do Banco do Brasil, sem custo de tarifas nas transações. Não há prazo para a utilização do recurso resgatado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Uma vez o COLABORADOR impostando incorretamente a contrassenha por 3 (três) vezes, o BANCO bloqueará nova tentativa de resgate. No dia útil seguinte ao bloqueio, o resgate estará novamente disponível para o COLABORADOR.

16. O TRE-RO poderá solicitar o cancelamento do pagamento do recurso para determinados CPFs, por meio de arquivo enviado pelo BB Sia Web. O BANCO terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para o cancelamento. O BANCO não se responsabiliza pelo resgate do valor pelo COLABORADOR entre a data do envio do arquivo de cancelamento e o seu processamento.

1. 1º Turno: Solicitação de cancelamento após o dia 15 de novembro de 2020.

2. 2º Turno: Solicitação de cancelamento após o dia 29 de novembro de 2020, caso houver.

17. O BANCO enviará ao TRE-RO, com periodicidade diária [\[GB8\]](#), para o e-mail informado no item 3 deste Plano de Trabalho, relatório de acompanhamento contendo: Ordem Bancária, CPF, Nome, Valor, Situação do Voucher, Situação da Carteira e Providência a ser adotada para regularização, caso necessário.

18. Nas datas elencadas no item 12 [\[GB9\]](#), o BANCO irá retirar a opção de resgate do auxílio, tanto do 1º quanto do 2º turno, quando houver, na Carteira Digital BB dos COLABORADORES.

19. O BANCO, até o dia 15 de dezembro [\[GB10\]](#) de 2020, devolverá ao TRE-RO os recursos, tanto do 1º quanto do 2º turno, quando houver, dos benefícios que não foram resgatados pelos COLABORADORES, conforme item anterior, por meio de GRU.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	WALTER DE ALMEIDA Pelo Banco do Brasil
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/10/2020, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 07/10/2020, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 07/10/2020, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 07/10/2020, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001487-45.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Análise de minuta de Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral e Banco do Brasil – Implementação do aplicativo “Carteira Digital BB”.

PARECER JURÍDICO Nº 203 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado com objetivo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o Banco do Brasil e este Tribunal para implementação do aplicativo denominado “Carteira Digital BB”.

02. Mediante Solicitação nº 153/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0595587](#)), a coordenadora de material e patrimônio informa que o objetivo da implementação do aplicativo citado é a modernização da gestão administrativa do repasse do benefício referente à alimentação dos mesários e colaboradores convocados para auxiliar nos trabalhos relativos às Eleições Municipais de 2020. E, após descrição dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhos realizados pelas instituições envolvidas, solicitou autorização superior para celebração do Acordo de Cooperação, objetivando a comunhão de esforços para repasse do auxílio-alimentação mediante o uso do aplicativo “Carteira Digital BB”.

03. Ainda, juntou-se a **minuta do ACT** pretendido, acompanhado de seu anexo - **Plano de Trabalho (0595483)**, a **Resolução TRE-RO nº 2/2020 (0590247)**, que trata sobre a concessão, aplicação de contas dos recursos destinados ao custeio das despesas com auxílio-alimentação nas Eleições 2020, e **Resolução TRE-RO nº 24/2020 (0595981)**, que promove ajuste normativos na Resolução TRE-RO nº 2/2020 em virtude do cumprimento ao estabelecido pela Emenda Constitucional nº 107/2020, promulgada em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia do COVID-19.

04. Em seguida, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade encaminhou aos autos Assessoria Jurídica da Diretoria Geral – AJDG para análise e emissão de parecer quanto ao ACT proposto, conforme Despacho nº 1626/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0596243). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE

05. Preliminarmente, entendemos que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica. No caso do termo de cooperação técnica, tal expressão tem sido utilizada para denominar instrumentos por meio dos quais os gestores demonstram sua “vontade política” em se unir para realizar ações de seus interesses.

06. Nesse sentido, s.m.j., merece registro os ensinamentos de **J. U. Jacoby Fernandes**, em Vade-Mecum de licitações e contratos, ed. Fórum, Belo Horizonte, 5ª edição, 2011, fl. 1108, onde destacamos o seguinte:

[...]

O convênio apresenta pontos distintivos do contrato, os quais podem ser assim sintetizados:

a) o termo de convênio deve ter utilização restrita aos casos em que o interesse dos signatários seja **absolutamente concorrente**, um objetivo comum, ao contrário do que ocorre no contrato em que o interesse dos que o firmam é diverso e contraposto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) por almejam o mesmo objetivo, **os signatários não são, a rigor terminológico, partes**, e não cobram taxa ou remuneração entre si;

c) no convênio descabe a aplicação de penalidade por **rescisão, bastando não haver mais interesse na sua continuação para que se promova a denúncia.**

[...]

Na prática administrativa, é forçoso reconhecer que existem vários tipos de convênios, autorizando a inviabilidade jurídica de competição, alguns, em que não há realização de despesas de qualquer natureza pelo órgão público. Nessa última hipótese é possível afastar o certame licitatório e a incidência de outras prescrições insculpidas no art. 116 da Lei n. 8.666/93.

É importante notar que se não há envolvimento de recursos de um para outro conveniente, o melhor é utilizar o ato de colaboração ou acordo de cooperação técnica, terminologia mais correta para os ajustes em que as partes se mantêm autônomas, emprestando reciprocamente informações, lavrando atos e uma série de providências sem recursos financeiros diretos e indiretos.

07. A Lei n. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. **As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Negritou-se)

08. Analisando a minuta do acordo de cooperação quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

09. Em relação à **forma**, embora trata-se de acordo de cooperação técnica, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível, com as disposições do art. 55 e seguintes da Lei n. 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - **os direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - **os casos de rescisão**;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (Negritou-se)

10. Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre os signatários, é possível concluir que a minuta sob análise também atende, no que for compatível, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

Art. 116. **Aplicam-se as disposições desta Lei**, no que couber, aos convênios, **acordos**, ajustes e outros instrumentos congêneres **celebrados por órgãos e entidades da Administração**.

§ 1º **A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:**

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos. (Negritou-se)

11. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do ajuste, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto na sua Cláusula primeira ([0595483](#)).

12. Destaca-se, ainda, que a implementação pretendida viabiliza o disposto no art. 2º da Resolução nº 2/2020, alterada pela Resolução Nº 24/2020, que inclui o aplicativo em comento como forma de repasse do auxílio-alimentação nas eleições Municipais 2020, *in verbis*:

Art. 2º São **formas de repasse do auxílio-alimentação**, ficando sob a responsabilidade do responsável financeiro optar pela solução adequada à gestão da aplicação e distribuição dos recursos:

I - Por meio de "Ordem Bancária para Banco - OBB", em nome do responsável financeiro - chefe de cartório ou, na sua ausência, servidor efetivo do quadro da Justiça Eleitoral;

II - Via aplicativo denominado "**Carteira Digital**" instituído pelo Banco do Brasil S.A., sem custos adicionais para o beneficiário do auxílio e sem ônus para o TRE-RO. Parágrafo único. A operacionalização e crédito dos valores em conta bancária ou aplicativo serão instruídos e acompanhados pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Tal solução foi inserida em razão da promulgação da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020, a qual adia as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos em razão da pandemia da COVID-19.

14. Nesses termos, afere-se que a parceria buscada por meio do presente **Termo de Cooperação** entre o **Banco do Brasil** e o **TRE-RO** está em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**, e que os partícipes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do **Acordo de Cooperação Técnica** analisado ([0595483](#)), estando o instrumento apto a normatizar o ajuste proposto.

17. Ademais, observa-se que, em atendimento ao § 1º, do Art. 116, da LCC, foi elaborado o Plano de Trabalho ([0595506](#)) que parece conter sua forma os elementos essenciais definidos no aludido dispositivo legal, podendo ser apresentado para autoridade competente para análise e aprovação.

18. Por fim, assinalar-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, principalmente quanto ao mérito da solução administrativa buscada para o atendimento de sua demanda.

Submete-se a consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 01/10/2020, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 01/10/2020, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001487-45.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral e Banco do Brasil – Implementação do aplicativo “Carteira Digital BB”.

DESPACHO Nº 1605 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC com objetivo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o Banco do Brasil e este Tribunal para implementação do aplicativo denominado “Carteira Digital BB” ([0535385](#), [0535393](#) e [0535397](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, por meio da Solicitação nº 153/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0595587](#)), informa que o objetivo da implementação do aplicativo citado é a modernização da gestão administrativa do repasse do benefício referente à alimentação dos mesários e colaboradores convocados para auxiliar nos trabalhos relativos às Eleições Municipais de 2020. E, após descrição dos trabalhos realizados pelas instituições envolvidas, solicitou autorização superior para celebração do Acordo de Cooperação, objetivando a comunhão de esforços para repasse do auxílio-alimentação mediante o uso do aplicativo “Carteira Digital BB”.

Para instrução do feito, foram carreados os seguintes documentos: minuta do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) pretendido ([0595483](#)), acompanhado de seu anexo Plano de Trabalho COMAP ([0595506](#)); a Resolução TRE-RO nº 2/2020 ([0590247](#)), que trata sobre a concessão, aplicação de contas dos recursos destinados ao custeio das despesas com auxílio-alimentação nas Eleições 2020; e Resolução TRE-RO nº 24/2020 ([0595981](#)), que promove ajuste normativos na Resolução TRE-RO nº 2/2020 em virtude do cumprimento ao estabelecido pela Emenda



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Constitucional nº 107/2020, promulgada em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia do COVID-19.

A AJDG, nos termos do Parecer Jurídico n. 203/2020 ([0598135](#)), aprovou os termos da minuta, vez que está adequada e contempla os fins a que se propõe. Registrou, também, que em atendimento ao § 1º do art. 116 da LCC, o Plano de Trabalho ([0595506](#)), por conter os elementos essenciais definidos no referido dispositivo, pode ser apresentado para autoridade competente.

Há manifestação favorável da SAOFC, pela celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e o Banco do Brasil, objetivando a implementação do aplicativo "carteira Digital BB", nos termos do evento [0598332](#).

Primeiramente, registra-se que se trata de acordo de cooperação técnica, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira.

Com efeito, a parceria ora buscada encontra normatização na lei nº 8.666/93, que dita todos os parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos.

Além disso, a implementação do acordo viabiliza o disposto no art. 2º da Resolução nº 2/2020, alterada pela Resolução Nº 24/2020, que inclui o aplicativo em comento como forma de repasse do auxílio-alimentação nas eleições Municipais 2020.

Vale registrar que o referido ajuste não envolve obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre os signatários, e tem por objeto o repasse, via aplicativo denominado "Carteira Digital BB", dos recursos referentes à ajuda de custo de Auxílio-Alimentação aos MESÁRIOS e COLABORADORES que trabalharão nas atividades de preparação e realização das Eleições Municipais de 2020, no âmbito do TRE-RO, observando-se o Plano de Trabalho, conforme cláusula primeira.

Quanto ao prazo de vigência, destaca-se que o art. 57, § 3º, da Lei Geral de Licitações e Contratos, veda a celebração de contrato com prazo de vigência indeterminada, razão pela qual, por força do art. 116, caput, "*aplica-se aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública*". Entretanto, registra-se que não há a previsão de recursos orçamentários para seu custeio.

Sendo assim, sua vigência deverá ser determinada pelo prazo necessário à execução do respectivo objeto conveniado, estabelecido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no plano de trabalho. Não obstante, nos termos da Cláusula Sexta, terá vigência a contar de sua assinatura até o dia 31/12/2020.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG 203/2020 ([0598135](#)) e a Manifestação SAOFC [0598332](#), vislumbrando sua vantajosidade e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **APROVA** o Plano de Trabalho COMAP [0595483](#), por conter os requisitos fixados pelo art. 116, § 1º, da lei nº 8.666/93, e **AUTORIZA** a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e o Banco do Brasil S.A. - BB, consoante minuta aprovada pela Assessoria Jurídica, em observância ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

À SAOFC para continuidade e providências relativas à assinatura do Termo de acordo de cooperação com publicação do seu extrato no Diário Oficial da União - DOU.

Após, à COMAP para gestão e fiscalização do ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 02/10/2020, às 07:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.